



FOLHA INFORMATIVA

A NOSSA UNIDADE É A NOSSA FORÇA

N.º 2/2014 | Maio de 2014 – Edição e distribuição da responsabilidade da Comissão Sindical de Palmela
Contactos: 919 950 743 ■ 968 660 591 ■ comissaoindical@cm-palmela.pt ■ <http://stalpalmela.wix.com/stalpalmela>



Derrotar o Governo!

No próximo dia 25 de Maio, os trabalhadores têm a oportunidade de dar uma pesada derrota à maioria PSD/CDS-PP, votando nas eleições para o Parlamento Europeu. Vamos levar a luta até ao voto, na rua e nas urnas é hora de exigir a demissão do Governo! [+info](#)

Não há lugar à abstenção.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo!

Eleições para o Parlamento Europeu, leva a luta até ao voto!



A luta pelos ACEEP em defesa da contratação coletiva

Reconhecemos que o horário de trabalho constitui um inadmissível ataque aos direitos dos trabalhadores, além de não proporcionar quaisquer benefícios, nem para os serviços públicos nem para os trabalhadores, antes pelo contrário!

No concelho de Palmela as autarquias mostraram a abertura em consagrar as 35 horas através da assinatura dos ACEEP. Embora, continuando a aguardar a publicação dos mesmos, não toleramos o boicote do Governo através do "veto da gaveta" em não publicar os acordos, o que constitui uma violação do Governo à contratação coletiva prevista na lei e na Constituição da República Portuguesa.

Estamos atentos para, em conjunto, avançar com as formas de luta possíveis para publicação dos ACEEP.

Resíduos: o negócio estratégico



Os trabalhadores da AMARSUL (Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Margem Sul do Tejo), cumpriram 2 dias de greve em defesa dos seus postos de trabalho e contra a privatização da EGF (Empresa Geral do Fomento).

O STAL tem em curso uma firme campanha contra a intenção do Governo em lesar mais uma vez o país, na privatização de um sector estratégico. Esta campanha conta com o apoio da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), de um conjunto de autarquias e de cidadãos que manifestaram a sua firme oposição à venda do grupo público. [+INFO](#)

Lei geral do trabalho em funções públicas. O roubo de direitos

O Governo teima sob o falso pretexto da "convergência" entre os regimes público e privado, por isso, a maioria PSD/CDS-PP na Assembleia da República, aprovou a lei geral do trabalho em funções públicas que, de entre vários aspetos, aplica as alterações do Código do Trabalho e prossegue e consolida a abolição de direitos dos trabalhadores do Estado.



QUE ALTERAÇÕES SÃO ESSAS?

- Aumento** do horário de trabalho para as 40 horas
- Rescisões** por mútuo acordo
- Redução** do n.º de dias de férias
- Eliminação** da intervenção das estruturas sindicais no que respeita à alteração de horários de trabalho
- Tabela única** e consequente fragilização dos vínculos
- Despedimentos** através da pomposa "requalificação profissional" etc.



Assuntos internos

Coordenadores Técnicos? técnicos coordenadores? Coordenadores? **Afinal, em que ficamos?**

Este é um assunto muito pertinente e desconfortável que os trabalhadores nos fizeram chegar, quando, por uma "questão de estilo", existem abusos de autoridade.

Colocámo-lo na reunião havida entre a Comissão Sindical e a Câmara Municipal, no que respeita aos chamados "técnicos coordenadores" que foram designados através de despacho para exercerem funções de auxílio aos atuais dirigentes dos serviços, que no âmbito da profunda reestruturação orgânica a Autarquia adotou para melhor organização e orientação os serviços.

Quanto à possibilidade legal, aqui invertem-se as palavras, ou seja, legalmente existem Coordenadores Técnicos da carreira de Assistente Técnico mas, nestes casos, os designados para funções de coadjuvação são técnicos superiores que lhes chamam de "técnicos coordenadores" o que é erróneo por manifesta impossibilidade legal.

São suscitadas várias dúvidas quanto às suas funções e competências. Esclarece-se que, os trabalhadores designados por despacho **apenas coadjuvam/auxiliam** os dirigentes dos serviços podendo ainda assinar correspondência de mero expediente. A estes trabalhadores não está atribuída, quaisquer funções diretas de chefia ou sua substituição. Portanto, não existe o rigor aos trabalhadores designados, o dever geral de obediência, existindo sim e unicamente em relação aos seus superiores hierárquicos.

Conclusão: os trabalhadores designados são técnicos superiores com funções acrescidas de coadjuvar/auxiliar os seus superiores hierárquicos. Todavia, a Comissão Sindical sugere, como salvaguarda de qualquer eventual responsabilidade disciplinar, ordens ou determinações de legalidade ou legitimidade duvidosa devem, por parte do respetivo destinatário, ser objeto de pedido de transmissão ou confirmação escrita das mesmas.

Programas CEI e CEI+ **Mão-de-obra ao preço da chuva**

As autarquias continuam a recorrer a mão-de-obra precária de trabalhadores ao abrigo de programas de contrato-emprego. Em todas as reuniões com os executivos das autarquias, marcamos a nossa posição em relação a estes trabalhadores que auferem um subsídio por motivo de desemprego e ocupam postos de trabalho permanentes.

As autarquias com carência de trabalhadores, não se podem resignar e os trabalhadores não podem lutar sozinhos num momento em que o ataque não é só aos direitos dos trabalhadores mas sim, à própria dignidade das autarquias e da democracia. Por isso, é urgente **alargar a luta**, em defesa do **Poder Local Democrático!**

Vestuário de trabalho e EPI

Os trabalhadores das áreas operacionais têm falta de vestuário de trabalho e de equipamentos de proteção individual (EPI) e a Câmara Municipal é conhecedora desta realidade.

Anualmente a Comissão Sindical dá parecer sobre o assunto e somos bastante determinados. Sublinhamos de ano para ano, a necessidade atempada destes trabalhadores terem o vestuário de trabalho e EPI com a quantidade suficiente e a qualidade para o desempenho das suas funções e apropriados às épocas do ano.

Da informação obtida junto da CMP foi, a aquisição urgente destes tipos de material no início do ano em curso. No entanto, foi aberto concurso que está atualmente em análise de propostas e que em breve serão feitas novas aquisições. Até lá, os trabalhadores andam com calçado e vestuário desapropriado e alguns deles, comprados com dinheiro do seu próprio bolso!



Mobilidades intercarreiras/categorias

Na alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal, foram criados 2 e 9 lugares para Coordenador Técnico e Encarregado Operacional, respetivamente.

A Comissão Sindical teve a oportunidade de louvar a CMP pela criação destes novos postos de trabalho e de reconhecer os trabalhadores e valorizá-los no desempenho efetivo e permanente das suas funções.

Como já divulgámos em comunicado em Fevereiro p. p. e através de plenário realizado, é nossa reivindicação junto da Autarquia a valorização remuneratória com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2014, data de entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2014 o qual confere esta possibilidade.

Revindicámos ainda, que o mesmo tratamento de igualdade seja atribuído aos trabalhadores detentores de outras categorias, nomeadamente os Assistentes Operacionais que continuam há muitos anos a desempenhar funções de Assistente Técnico e os Assistentes Técnicos a desempenhar funções de Técnico Superior e que de modo idêntico, poderão agora, com justiça, verem valorizadas as suas situações profissionais.